

TRABALHO INFORMAL E A LÓGICA DO CAPITAL: UM ESTUDO SOBRE O COMÉRCIO DE RUA DE LONDRINA – PARANÁ – BRASIL

Resultado da pesquisa de mestrado concluída

GT18: Restruturação produtiva, trabalho e dominação social

Thiago Leibante
Universidade Estadual de Londrina/PR/Brasil
thiagoleibante@hotmail.com

RESUMO

No presente trabalho pretendemos apresentar alguns dos resultados de nossa pesquisa de mestrado que analisou a situação dos trabalhadores do comércio de rua da cidade de Londrina – Paraná- Brasil, conhecidos popularmente como “camelôs” ou “ambulantes”. À luz da teoria marxista, buscamos entender o papel desempenhado por tais agentes no interior da economia capitalista, assim como sua inserção na divisão social do trabalho e sua relação com as demais classes sociais, visto que, enquanto pertencentes à esfera da produção e circulação de mercadorias, vinculam-se à totalidade social, da qual seus trabalhos são expressões concretas, ainda que possam escapar em certos casos à definição clássica de trabalhadores assalariados.

PALAVRAS-CHAVE: Informalidade; Trabalho; Classes.

1. APRESENTAÇÃO

Pretendemos aqui apresentar alguns dos resultados de nossa investigação de mestrado que procurou compreender a questão do trabalho informal na cidade de Londrina – PR – Brasil, mais especificamente a situação dos trabalhadores informais do comércio de rua, popularmente conhecidos como ambulantes ou camelôs.

Partimos da ideia de que esses trabalhadores, por pertencerem à esfera da produção e circulação de mercadorias, vinculam-se à divisão social do trabalho, visto que seus trabalhos são expressões concretas desta mesma divisão. Submetem-se, assim, às leis sociais e econômicas do capitalismo. São trabalhadores da sociedade, que nela e para ela trabalham; são partícipes, portanto, da totalidade do trabalho social. A importância de demonstrar essa vinculação está na crítica à suposta “autonomia” que gozariam esses agentes. Desenvolveremos mais a frente tal ideia.

É preciso antes lembrar que o debate em torno da chama informalidade do trabalho renasce no bojo das discussões contemporâneas sobre as transformações das relações de trabalho ao longo das últimas décadas, mudanças essas que passaram a conformar certas características do modo de produção vigente.

Alterações na organização da produção, novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, introdução de alta tecnologia, descentralização de partes do processo produtivo, desregulamentação das relações de trabalho, enfim, mudanças de profundo impacto, sobretudo em torno das classes trabalhadores de todo o mundo, que passaram a viver “tempos mais duros”.

É no interior dessas transformações que o chamado trabalho informal passa a ganhar importância, na medida em que deixa de se caracterizar apenas por aquelas formas de trabalho

atrasadas e obsoletas e se transforma em estratégia de contratação de baixo custo da força de trabalho, visando auferir os maiores lucros possíveis em detrimento daqueles que de fato produzem.

Além disso, o trabalho informal que antes era visto como próprio de sociedades de capitalismo periférico, se estende aos países do chamado capitalismo central ou avançado, operando assim um processo que poderíamos chamar – para parafrasear Chesnais – de “mundialização da informalidade”.

É em torno dessas transformações que se retoma o interesse pelo tema do trabalho informal, objeto este, aliás, pouco estudado pelas ciências humanas de um modo geral.

Um dos desafios de quem pretende compreender a referida questão está no fato de não haver um consenso em torno do que seja de fato “trabalho informal”. Alguns pesquisadores o caracterizam por não serem modalidades de trabalho próprias do capitalismo; outras análises são centradas na questão jurídica e, portanto exaltam o caráter ilegal dessas modalidades de trabalho. O certo é que o dissenso continua.

No presente estudo, pensamos ser importante analisar o trabalho informal, sobretudo do ponto de vista do capital, ou seja: qual a funcionalidade exercida por essas modalidades de trabalho no que tange à acumulação de capital? É a partir disso que pensamos poder chegar o mais perto possível – como diz Kosik – da concreticidade do objeto.

Um primeiro dado a ser levantado é que, apesar da relevância assumida na contemporaneidade, o fenômeno da informalidade não é novo:

No debate sobre o trabalho informal, convém lembrar que ele – como quer que o chamemos: subemprego, desemprego disfarçado, estratégia de sobrevivência – é algo relativamente antigo, datando dos primórdios da Revolução Industrial (JAKOBSEN et ali, 2001:11).

Além disso, se formos especificamente nos remeter à realidade brasileira, também não será constatado algo de inédito no que se refere à informalidade do trabalho, visto que uma das características marcantes do país – diga-se de passagem, uma nação que se industrializou tardiamente com base numa economia dependente e periférica – tem sido o elevado grau de precariedade das condições de trabalho e a falta de regulação por parte do Estado:

A informalização no mercado de trabalho tem sido uma constante (...) o chamado subemprego enraizou-se e espalhou-se, em diversos setores, ao longo do tempo, através das mais diversas formas, constituindo-se, na verdade, uma expressão de um tipo crônico de desemprego brasileiro. (SOUZA, 2001:56).

Assim como a informalidade não é um fenômeno novo, o comércio de rua também não é uma atividade recente em lugar nenhum do mundo. Ocorre que na cidade de Londrina essa atividade passou por um grande crescimento nos últimos anos, o que é possível perceber empiricamente e que acabou despertando nosso interesse em aprofundar o olhar sobre esses informais. Um jornal da cidade assim relatou:

O centro de Londrina está literalmente ocupado pelos ambulantes e outras categorias de trabalhadores informais (...) em alguns trechos, os ambulantes ocupam os dois lados da calçada (...) o movimento dos ambulantes se espalha pelas ruas e praças próximas, chegando ao terminal central de ônibus urbano. (Folha de Londrina, 14/06/2007, pg 3).

Apesar de Londrina não ser uma grande metrópole, os problemas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo também se fazem sentir nessa cidade, e a grande presença de “trabalhadores ambulantes” no centro da cidade já se tornou um fato incontestável.

O “ambulante” ou também conhecido como “camelô” é aquele indivíduo que trabalha no comércio de rua vendendo mercadorias ou prestando serviços diversos. Seu local de atuação são ruas e avenidas centrais, praças públicas e outros espaços onde exista grande circulação de pessoas. São esses os lugares considerados economicamente vantajosos e que garante aos ambulantes a venda de suas mercadorias devido a intensa movimentação de consumidores. Por isso Costa (1989:29) afirma que o comércio ambulante rompe com as regras da cidade e “(...) atravessa as barreiras do planejamento urbano e surge em meio à festa, à reunião, ao comércio formal ou a qualquer evento que resulte em aglomeração”.

É justamente isso que ocorre em Londrina, visto que os trabalhadores do comércio de rua atuam nas áreas comerciais mais nobres da cidade, onde o comércio é mais vigoroso e também nas proximidades do terminal de ônibus, onde transitam milhares de pessoas diariamente.

2. O COMÉRCIO DE RUA EM LONDRINA¹

Nossa pesquisa com os trabalhadores do comércio de rua de Londrina teve como intuito buscar a heterogeneidade tanto dos indivíduos que atuam nesse tipo de comércio quanto as mercadorias que são comercializadas ou produzidas. Para tanto, realizamos entrevistas com artesãos, com vendedores de doces, de CDs e DVDs “piratas”, de alho e outras especiarias diversas. Percebe-se que em alguns casos há produção de mercadorias, e em outros, apenas a circulação.

Além desse dado, outro fato constatado se revelou de extrema importância, qual seja: há fundamentalmente trabalhando nas ruas de Londrina duas categorias de trabalhadores que se distinguem em *trabalhadores por conta própria* e *trabalhadores assalariados*.

Os trabalhadores por conta própria são aqueles que utilizam sua própria força de trabalho ou que contam com o auxílio de força de trabalho não assalariada de membros da família como esposa, marido e filhos. O importante para essa caracterização é que não explorem força de trabalho assalariada de outrem.

Já os trabalhadores assalariados informais são aqueles que trabalham vendendo mercadorias de terceiros em troca de um determinado pagamento pelo serviço prestado, mas sem registro na carteira de trabalho. São indivíduos despossuídos de meios de produção e que vendem sua força de trabalho de maneira desprotegida do ponto de vista jurídico.

Assim, um primeiro dado que temos é que trabalhadores “ambulantes” não são apenas “conta própria” ou “autônomos”, mas também assalariados, evidenciando que nessa atividade também há o domínio do capital sobre o trabalho, lembrando que tal exploração nesse caso carrega o agravante da ausência de direitos sociais ligados ao trabalho, tais como seguro-desemprego, férias, dentre outros.

Acerca desses assalariados informais foi constatado que a grande maioria trabalha com a venda de CDs e DVDs “piratas” e que recebem o pagamento por unidade vendida dessas mercadorias, ou seja, trata-se de uma forma de remuneração por comissão. Essa modalidade que, não é nova, pelo contrário, remonta aos primórdios do capitalismo, leva a uma intensificação da carga e da jornada de trabalho, pois quanto mais mercadorias vender o indivíduo obterá uma maior remuneração. Aos capitalistas que empregam esses “informais” essa forma de pagamento aparece como bastante vantajosa pois o próprio trabalhador se encarrega de aumentar a exploração do trabalho, é como se fosse seu próprio “vigia”.

¹ As informações acerca dos trabalhadores do comércio de rua foram levantadas entre final de 2009 e início de 2010.

3. QUEM SÃO OS INFORMAIS? BREVE PERFIL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DE RUA

A grande parte dos trabalhadores do comércio de rua é do sexo masculino, sendo que apenas 25% são mulheres. Um dado interessante é que a maior parte dos entrevistados possui mais de 40 anos de idade (57%); esse número se mostra significativo se analisarmos que essa faixa etária sofre muitos preconceitos e dificuldades em se manter no mercado de trabalho ou mesmo em retornar ao assalariamento, mesmo tendo plena capacidade e disposição para o trabalho. Assim, muitas vezes, a opção que se coloca pra esses indivíduos são as atividades informais.

No quesito escolaridade, a maioria dos entrevistados não possui o ensino médio completo, o que pode pesar na busca por um emprego. Esse fato também impacta na visão dos ambulantes acerca da “culpabilidade” de estarem na informalidade. Muitos acreditam que é a falta de ensino e qualificação os responsáveis por não estarem em uma situação melhor no mercado de trabalho, não conseguindo visualizar assim o contexto estrutural mais amplo.

Agora, um dado muito importante conseguido via pesquisa empírica foi o que diz respeito à jornada de trabalho dos ambulantes. Há uma ideia bastante difundida segundo a qual o indivíduo que trabalha por conta própria possui uma flexibilidade maior de horários, diferentemente do assalariado que tem que cumprir com rigor uma determinada quantidade de horas diárias. Vejamos se no caso em questão tal fato é verdadeiro ou não.

No presente estudo 50% dos entrevistados relataram ter uma jornada diária de trabalho semelhante à dos assalariados do comércio formal de Londrina, que funciona oficialmente das 08:30 às 18:00 horas. Quando pegamos a jornada semanal, as semelhanças continuam pois os ambulantes trabalham em geral de segunda à sábado, acompanhando assim, também, a jornada semanal dos trabalhadores formais do comércio.

Com base nessas informações pode-se dizer que a ideia de autonomia do trabalho, muito exaltada quando o assunto é o chamado trabalho “por conta própria” ou “autônomo” nesse caso funciona mais como uma ideologia – no sentido de falso real – visto que, apesar desses indivíduos não precisarem cumprir certas burocracias do emprego com carteira registrada, necessitam cumprir uma determinada jornada de trabalho para conseguir auferir um rendimento médio ao fim do mês, e essa jornada fica muito próxima da vivenciada pelos trabalhadores formais.

Além disso, 18% dos entrevistados relataram ter ainda uma segunda atividade para complementar os rendimentos, sendo que em 80% dos casos essa segunda atividade também é como informal, ou seja, sem as devidas proteções da legislação trabalhista. Desses que tem a segunda atividade 20% tem um emprego com carteira registrada, e utilizam a atividade informal para poder aumentar sua renda mensal, o que também evidencia os baixos salários pagos pelas empresas formais.

Com relação a “opção” pela informalidade metade dos entrevistados (50%) revelou estar nesse tipo de atividade devido a dificuldade de conseguir um emprego com carteira registrada. Na sequência vem o desejo de autonomia e também a possibilidade de ganhar um rendimento maior. A grande maioria destes (75%) disseram que aceitariam sair da informalidade se tivessem uma oportunidade de emprego formal para ganhar o mesmo rendimento ou mais.

Ainda que o ideário da “autonomia” tenha impacto sobre uma parcela desses indivíduos, podemos perceber que não foi o desejo de se tornarem pequenos empresários que conduziu a maior parte desses trabalhadores à atividade de ambulantes, mas sobretudo o desemprego em conjunto com os baixos salários pagos nas atividades “formais”, o que evidencia que a dinâmica da atividade informal é determinada sobretudo pela lei do valor, pela dinâmica da acumulação capitalista, conduzindo esses sujeitos à uma situação de trabalho com elevado grau de precariedade.

Essa precariedade não se deve apenas às questões estruturais evidentes de um trabalho que se desenvolve em ruas e avenidas, sem uma infraestrutura minimamente adequada para o

desenvolvimento desse tipo de comércio, como ausência de banheiros, exposição à chuva e à mudanças climáticas. Tem a ver com a fiscalização dos órgãos públicos que frequentemente reprimem esse tipo de atividade, gerando prejuízo por conta da apreensão de mercadorias – grande parte dessas ilegais – mas principalmente com relação aos rendimentos auferidos. Vejamos.

Dos trabalhadores por conta própria 48% conseguem um rendimento de até R\$ 500,00 por mês, enquanto que se levarmos em conta os trabalhadores assalariados informais esse percentual dos que ganham até esse valor sobe para expressivos 80% e nenhum desses assalariados revelou ter rendimentos superiores à R\$ 1.000,00.

A situação econômica dos trabalhadores do comércio de rua caracterizada pelos baixos rendimentos não difere muito da dos trabalhadores por conta própria no Brasil. Holzmann (2006) analisando pesquisa do IBGE/PNAD² constatou que 78,3% dos trabalhadores por conta própria não são contribuintes da previdência social, e o rendimento mensal dessa categoria é em média de R\$454,98, valor esse significativamente inferior aos R\$ 628,18, rendimento médio do conjunto dos ocupados no Brasil.

Percebe-se assim que a realidade econômica e social dos ambulantes da cidade de Londrina não difere da situação mais geral dos trabalhadores por conta própria do Brasil como um todo, pelo contrário, a confirma. Se formos ainda comparar com dados levantados sobre ambulantes ou camelôs de outras cidades, a situação também não é diferente.

Siede (2004) em estudo sobre os camelôs de Porto Alegre constatou um predomínio de pessoas do sexo masculino nas atividades informais do comércio de rua. Além disso, também nesse caso, a grande maioria possuía baixa escolaridade, assim como os ambulantes de Londrina.

Essa mesma pesquisa constatou ainda que dentre os principais motivos para o ingresso na atividade de camelô estavam a demissão ou o baixo salário do emprego anterior. Essas informações revelam que os baixos salários pagos nos antigos empregos dos entrevistados foram fundamentais também para o ingresso na atividade informal, fato esse importante, visto que não é só a dificuldade de conseguir emprego que conduz os indivíduos à atividade de ambulante ou camelô, mas também a expectativa de auferir rendimentos maiores, ainda que tal esperança muitas vezes não seja alcançada de fato.

Tomé (2003) constatou em pesquisa com camelôs na cidade de Marília (SP) que esses indivíduos em geral não planejaram esse tipo de atividade para as suas vidas, mas antes, sim, se viram como que impelidos devido às várias circunstâncias economicamente desfavoráveis. Dialogando criticamente com a teoria da escolha racional e analisando a trajetória ocupacional dos camelôs essa autora constatou que:

(...) os trabalhadores atualmente ocupados como camelôs não planejaram exercer essa atividade, como meio de satisfação pessoal e profissional por estarem trabalhando como “autônomos”, e nem representam o resultado de uma incapacidade, ou inabilidade, incompetência, para a execução de atividades do mercado dito “formal” (p.276).

Fica evidente assim a relação bastante estreita existente entre informalidade e desemprego e entre informalidade e baixos salários, ou seja, as pessoas em geral “optam” pela informalidade por não conseguirem um emprego registrado ou pelo fato de auferirem rendimentos muito baixos e verem assim na informalidade uma boa opção de maiores ganhos, eventualmente.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas/Pesquisa Nacional por amostra à Domicílio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o assunto é informalidade ou trabalho informal a única certeza que se pode ter é que se está em território “movediço” ou “escorregadio”. Contudo, a dificuldade e a falta de consenso em torno do tema não podem levar ao abandono desse importante objeto de estudo das ciências sociais.

Buscamos aqui apresentar uma visão crítica acerca de alguns problemas relacionados à informalidade, sendo que apenas algumas modalidades foram abordadas, e tantas outras existem e merecem também atenção dos pesquisadores.

É fundamental que os estudos sobre informalidade não se pautem numa visão apologética e positivista de sociedade, que pensa o trabalho assalariado tradicional e regulamentado como o “normal” e o trabalho informal, atípico e desregulamentado enquanto algo que seria “patológico”.

Todas as modalidades de trabalho informal existentes devem ser entendidas, antes de tudo, enquanto produtos do desenvolvimento ampliado do modo de produção capitalista. Esse desenvolvimento se dá sobretudo com a intensificação da acumulação de capital e o aprofundamento da relação de exploração capital *versus* trabalho, com todas as leis socioeconômicas aí implícitas.

Uma consideração que pensamos ser importante é de que informalidade do trabalho não significa necessariamente uma condição de pobreza por parte dos agentes. É possível visualizarmos indivíduos que consegue elevados rendimentos com atividades informais.

Contudo, esse não é o caso dos trabalhadores do comércio de rua que foram objeto da presente investigação. O que se viu nessa pesquisa é que a maioria dos trabalhadores ambulantes de Londrina não está na informalidade por empreendedorismo ou coisa do tipo. Sua condição é determinada fundamentalmente pela necessidade básica de sobrevivência, de ganho, e pela dificuldade de conseguir um emprego com carteira registrado e um salário suficiente para as despesas do indivíduo e de seus familiares.

A atividade informal, nesse caso, funciona sim como refúgio do desemprego ou enquanto complemento de renda para alguns. É sim uma opção precária de ocupação, às vezes constante, às vezes apenas passageira, esporádica, que lhes garante no mínimo algum rendimento para a satisfação de suas necessidades mais básicas.

Também há uma tendência de encontrar nesse tipo de atividade aquelas pessoas que são tidas cada vez mais como “excluídas” do mercado de força trabalho, quais sejam: jovens sem experiência de trabalho; pessoas com mais de 40 anos e aqueles que não possuem a tão exaltada qualificação profissional.

Não podemos nos esquecer de que na análise do capitalismo o que está em pauta são determinadas relações sociais, relação essas que não se dão entre coisas, mas sim entre classes sociais, e quando se fala em classes sociais é preciso falar também em luta de classes,

Desse modo, não é só a conjuntura econômica, o avanço tecnológico ou outras variáveis que determinarão o aumento ou redução dos níveis de informalidade, mas também o que podemos chamar de estágio da luta de classes, da resistência dos trabalhadores a todas essas transformações que tem conduzido a um aumento expressivo da precarização das condições de trabalho, não só no Brasil como também em países do capitalismo avançado.

Ao se falar em luta de classes é importante também precisar a situação dos trabalhadores informais. Procurou-se nesta pesquisa demonstrar que não se pode determinar a priori a situação de classe apenas pelo atributo da informalidade. É preciso fundamentalmente analisar de perto as relações de trabalho e os nexos estabelecidos com a produção e circulação do capital, para que aí sim se detecte a efetiva situação de classe desses sujeitos.

O que foi possível perceber no caso dos “ambulantes” é que sua situação de classe é em geral contraditória: são assalariados e capitalistas de si próprios, como nos ensina Marx. Se autoassalariam e se autoexploram, por mais paradoxal que isso possa parecer. Contudo, tal paradoxo é real, produto do

capital. Tais sujeitos não se estabelecem na maior parte dos casos nem como capitalistas e nem como assalariados nos sentidos estritos dos termos. É como se estivesse “com um pé aqui e com outro acolá”.

Mas, já que a situação de classe é contraditória, como se dá a identificação política com as classes fundamentais, os capitalistas e os assalariados? Não pode haver a priori identificação imediata. O que existe, sim, é uma tendência: no presente estudo, pelo fato dos trabalhadores auferirem rendimentos baixos semelhantes aos do conjunto dos assalariados acabam se identificando enquanto “trabalhadores” e com a posição de classe destes. Moram nos mesmos bairros, pegam os mesmo ônibus e têm os mesmos hábitos de consumo, ou seja, seus estilos de vida sob o capitalismo são muito próximos.

Muitos organismos sindicais já compreenderam a importância qualitativa e quantitativa dos informais e têm buscado a aproximação dessa categoria. Contudo, não é algo simples, pois em geral estes se fecham em demandas de cunho imediatista, como melhorias e reivindicações pontuais, como legalização da atividade e permissão de comércio, dentre outros. Podem até mesmo culpabilizar os sindicatos por não terem conseguido garantir seus antigos empregos. Ou seja, se identificar com os assalariados não significa necessariamente à adesão às lutas da classe trabalhadora.

Contudo, esta aliança dos informais com o conjunto dos assalariados se mostra de fundamental importância na luta contra o capital, visto que a grande maioria dos informais – assim como os assalariados – não é privilegiada pelo modo de produção capitalista, pelo contrário, sofre com suas mazelas e participam do modo de exploração global desse sistema.

O capitalismo, num primeiro momento, não lhes interessa. Nada ganham com esse sistema. É claro que não há fórmulas prontas para construção desta aliança entre os informais e o conjunto dos assalariados. O que deve ocorrer é uma mudança de comportamento dos organismos representativos da classe trabalhadora de modo a atrair os trabalhadores informais, demonstrando a identidade que possuem com o conjunto dos assalariados assim como sua importância na luta contra os abusos e os imperativos do capital. Se tal aliança se concretizará ou não, só a História dirá, mas cada dia que passa se torna mais evidente a sua necessidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOLZMANN, L. A dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século

XXI. In: Piccinini, Valmiria et. al. O mosaico do trabalho na sociedade

contemporânea. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

JAKOBSEN, Kjeld. et al. (orgs.). Mapa do trabalho informal no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

KOWARICK, L. Capitalismo e marginalidade na América Latina. 2ª ed. Rio de

Janeiro: Paz e Terra, 1977.

JORNAL FOLHA DE LONDRINA, 2007.

MALAGUTI, L.M. Crítica à razão informal: A imaterialidade do salariado. São

Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARX, K. O Capital. São Paulo: Nova cultural, 1985.

----- Capítulo VI inédito de O capital. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

----- Teorias da mais-valia, t. I. São Paulo: Difel, 1987.

OLIVEIRA, F.. Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo. São Paulo:Perseu Abramo, 2002.

PRANDI, R. O Trabalhador por conta própria sob o capital. São Paulo: Símbolo,1978.

SIEDE, M. A. O trabalho informal: o estudo dos camelôs de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFRGS, 1994.

SOUZA, P.R. Empregos, salários, pobreza. São Paulo: Hucitec, 1980.

————— Salários e empregos em economias atrasadas. São Paulo: Unicamp,1999.

TOMÉ, G. Trabalhadores informais: o caso dos camelôs da cidade de Marília –

SP. In: BATISTA, R.L; ARAÚJO, R. (Org.). Desafios do trabalho: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis, 2003.